



Educação e trabalho em disputa no SUS: a política de formação dos agentes comunitários de Saúde. Márcia Valéria Morosini. EPSJV/Fiocruz, 2010, 204 p.

O livro 'Educação e trabalho em disputa no SUS: a política de formação dos Agentes Comunitários de Saúde', de Márcia Valéria Morosini, é um convite à reflexão sobre o processo de construção da política de formação dos agentes comunitários de saúde (ACS), formulada no período compreendido entre 2003 e início de 2005. Mais do que isso, é um trabalho que traz as disputas em torno da formulação desta política de modo articulado ao contexto maior de desafios do próprio SUS.

Nitidamente o estudo tem uma motivação central. A autora, como sujeito implicado no processo de formação profissional em saúde e participante da construção e formulação desta política, percebe nos anos de 2003 a 2005 um momento de oportunidade para a política de formação dos ACS, mas também de contradições e dificuldades de diálogo para a efetiva construção de um projeto que garantisse os direitos e reivindicações desta categoria profissional. Percebe, então, um claro distanciamento entre o discurso que predomina sobre o papel do ACS e as políticas que se desenham, bem

Márcia Valéria Morosini é psicóloga, sanitarista, especialista em Educação Profissional pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fiocruz e mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Uerj. É professora-pesquisadora da EPSJV, ocupando, no momento, o Cargo de vice-diretora de Ensino e Informação. Entre outras publicações, coordenou a coleção "Educação Profissional e docência em saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde" (EPSJV/Fiocruz), composta por seis livros educativos.

como a situação concreta de precariedade e diversidade na formação e incorporação deste profissional pelo SUS. Essa percepção levou à definição das questões de pesquisa. Afinal, que concepções de saúde, trabalho e educação estiveram presentes no processo de formulação da política de formação dos ACS? Que disputas se apresentavam e como se relacionavam ao contexto mais geral do SUS e da política de atenção básica? Que papel o ACS deveria exercer na configuração dessa atenção? E como se apresentavam as disputas em torno das questões relacionadas ao vínculo desse profissional no SUS e a formação que deveria obter?

A partir destas questões define-se a proposta de um estudo de análise de política, de análise dos processos de negociação e disputa em torno de projetos. Ora, projetos carregam visões de mundo e, ao tratá-los, o trabalho também analisa tais visões, ou seja, discute as implicações concretas dos diferentes projetos para o ACS e para o SUS. A autora não se furta a apresentar sua visão de mundo e a colocá-la também em disputa. Na introdução do livro, se apresenta, baseada em Marx (1978): “a qualificação inclui tanto questões do âmbito da formação quanto do trabalho, no caso dos ACS, essa perspectiva implicou enfocar questões relativas à regularização do trabalho, que tem se caracterizado pela precarização, em conjunto com as questões da formação, que vêm se pontuando pela insuficiência e pelo aligeiramento, tomadas em relação às condições necessárias ao exercício do trabalho em saúde, da garantia dos direitos associados ao trabalho e à

formação humana. Formação humana entendida como a expressão social do processo de conhecimento e de realização individual que transcende o nível da ação movida pelas necessidades de subsistência, ou seja, como expressão de um desenvolvimento individual, mas também coletivo, isto é, como uma particularização de uma forma social de existência”.

Com este argumento, o livro percorre o caminho de construção da política de formação dos ACS. No primeiro capítulo, traz à tona elementos históricos de âmbito político e institucional presentes na trajetória da política de atenção básica e de qualificação profissional dos ACS na saúde da família, buscando compreender como se definiram as políticas de educação e de gestão do trabalho dos ACS, que elementos da conjuntura política dos anos 1990 e 2000 estiveram relacionados a essas políticas e que consequências elas trouxeram para os ACS, em relação às suas condições de profissionalização, incluindo as condições de trabalho e formação.

A autora discute a contradição de uma conjuntura marcada pela redução do papel do Estado na provisão de bens e serviços à população e de configuração de uma política pública de desenvolvimento e expansão da cobertura de atenção à saúde, tendo como carro-chefe a estratégia da Saúde da Família. Aborda três problemas decorrentes desta conjuntura. Primeiro, os riscos e tensões para a efetiva integração da atenção básica articulada aos demais níveis de atenção, podendo configurar-se numa política seletiva e focali-

zada. Segundo, a manutenção de vínculos de trabalho precarizados para os trabalhadores da equipe de saúde da família, denunciando as implicações da reforma administrativa do Estado para o desenvolvimento do modelo de atenção. Terceiro, o esvaziamento da qualificação profissional dos ACS em contraposição à centralidade do seu papel na estratégia saúde da família.

O livro ocupa-se, entretanto, adverte a autora, de “tratar principalmente dos dois últimos elementos [a manutenção do trabalho precarizado e o esvaziamento da qualificação profissional dos ACS], considerando os efeitos na produção de sentidos em torno da educação e do trabalho dos ACS, sem perder de vista a importância das implicações dessa problemática para as questões relativas à reorientação do modelo de atenção à saúde”.

Seguindo o percurso do livro, no segundo capítulo apresenta-se a discussão sobre a conjuntura do primeiro governo Lula e as principais inflexões obtidas no âmbito da política de recursos humanos em saúde nestes anos, justificando também a definição do período de análise do estudo. No que tange à política de formação e trabalho do ACS, ressalta-se que este contexto possibilitou a entrada, na cena política do setor saúde, de uma série de questões acumuladas nos anos de implantação da Saúde da Família e que também se constituíram, a partir de então, as principais arenas de disputa no campo da gestão da educação e do trabalho dos ACS, no âmbito institucional do Estado e em seu entorno. Assim, o capítulo aborda o papel do Ministério Público do Trabalho e da Confederação Nacional dos ACS no processo político

de regularização da vinculação institucional do ACS e as estratégias de negociação estabelecidas junto ao Ministério da Saúde.

Os capítulos três, quatro e cinco apresentam a narrativa analítica da política a partir do caminho proposto pela autora. No capítulo três discutem-se as disputas em torno dos diferentes projetos de formação dos ACS, com a descrição e problematização dos documentos apresentados para debate e das estratégias adotadas para obtenção de consensos na definição dos rumos da política de formação dos ACS.

A análise dos documentos revelou questões de fundo, localizadas na interface entre os campos da saúde e da educação. Assim, no quarto capítulo foram abordados a discussão sobre o ensino em serviço, remetendo ao debate da relação entre teoria e prática, e o modelo de competências profissionais para a organização do currículo, remetendo à questão do trabalho como princípio educativo.

No quinto capítulo, a autora aprofunda o tema em torno da concepção de perfil social do ACS, trabalhando de forma mais específica um texto que apresenta e desenvolve a percepção do ACS como um ‘trabalhador *sui generis*’. O texto, apesar de não fazer parte do conjunto de documentos formulados ou discutidos no processo de formulação da política de formação dos ACS, foi apropriado pela autora porque esteve presente nas ideias apresentadas pelos atores participantes do processo político e nos trechos dos documentos apresentados para debate, sendo um achado importante na construção narrativa desta política.

Ao percorrer o caminho das disputas, a autora desvenda uma trama interessante de concepções sobre o trabalho do ACS, com efeitos importantes na definição dos rumos da política. Cabe ressaltar o debate em torno das noções de trabalho simples e de trabalhador *sui generis*.

Da compreensão do trabalho do ACS como um trabalho simples, que não requer uma formação específica e complexa para sua realização, podendo ser desenvolvido a partir dos atributos que este trabalhador possui *a priori* pelo fato de ser originário da comunidade, reforça-se a não profissionalização dessa função e a manutenção de uma política de qualificação precária.

Da percepção do ACS como um trabalhador *sui generis*, porque de origem comunitária e com um suposto pendor à solidariedade, atuando como elo entre a comunidade e os serviços de saúde, constitui-se uma concepção de comunitarismo idealizada e desprovida de conflitos, naturalizando-se a concepção do trabalho do ACS como algo derivado de sua inserção social e para o qual não se faz necessária uma qualificação.

Assim, como sintetiza a autora, “as questões discutidas no processo de formulação da política de formação dos ACS, tais como a participação de instituições escolares na formação dos ACS, a necessidade de uma formação que tenha caráter profissionalizante, com elevação de escolaridade, a possibilidade de essa formação transcender os elementos da preparação imediata para o trabalho, entre outras, estiveram em confronto, às vezes, direto, às vezes, indireto, com uma perspectiva que compreende o trabalho do ACS como algo movido pelo voluntarismo e para o qual certas condições culturais e subjetivas seriam suficientes”.

Por fim, cabe ressaltar que o livro é fruto de uma pesquisa minuciosa e inédita. Uma pesquisa conduzida por um sujeito implicado no processo de formação em saúde e comprometido com o projeto da Reforma Sanitária e, principalmente, com o princípio de democratização e justiça social. É um texto apaixonado e militante, mas também rigoroso e preciso no detalhamento dos passos empreendidos na construção de sua narrativa da política.

Tatiana Vargas de Faria Baptista
Professora-pesquisadora da Escola Nacional
de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz